

CONFLITOS SOCIAIS NA REVOLUÇÃO PORTUGUESA (1974-1975)

Raquel Varela

Instituto de História Contemporânea - Universidade Nova de Lisboa

Joana Alcântara

Universidade Nova de Lisboa

Introdução

Neste artigo faremos o levantamento e análise dos conflitos sociais durante a revolução portuguesa – o processo que ficou conhecido por revolução dos cravos, que durou entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975. Na primeira parte deste artigo procuraremos fazer uma descrição e análise histórica dos principais movimentos sociais, operários, argumentando que é a dinâmica dos conflitos sociais que determina as mudanças governativas e institucionais que por sua vez atuam sobre estes conflitos.

Centrar-nos-emos em quatro tipos de movimentos sociais: greves, manifestações, ocupações de fábricas/empresas e serviços públicos e ocupações de casas.

Para construir este levantamento fizemos uma ampla pesquisa de fontes, muitas das quais inéditas, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, no Arquivo Histórico das Comisiones Obreras em Espanha (Fundação 1.º de maio, Madrid), no arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril, no arquivo do Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, ambos em Lisboa, no arquivo histórico da Televisão Portuguesa (RTP) e nos Arquivos Internacionais de História Social (Amesterdão) e *National Archives* (Reino Unido).

A última revolução Europeia do século XX

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em discordia com a guerra colonial que durava há treze anos, põe fim à ditadura portuguesa, que tinha durado 48 anos sob a direção de António Salazar e - depois de 1968 – sob a chefia de Marcelo Caetano.

A revolução portuguesa, a última revolução do século XX num país da Europa ocidental, a meio da década de 1970, no espaço geoestratégico da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) foi, para todos, uma surpresa.

O império português ruiu tarde, em 1974, depois de ter mobilizado quase dois milhões de trabalhadores forçados¹ (nas minas de África do Sul, plantações de algodão de Angola, entre outras culturas) e uma guerra de treze anos – 1961-1974 - para impedir a Independência dos países africanos Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné Bissau. Mas a sua estrutura anquilosada levou à rutura social mais importante da Europa do pós-guerra – foi tão grande a queda quanto longeva fora a sua duração, de tal forma que nenhum historiador até hoje conseguiu reunir quantas reuniões de trabalhadores houve só na primeira semana que se seguiu ao golpe do MFA porque são centenas, talvez milhares², em todo o País.

Anacrónico, brutal nas colónias, com congelamento da mobilidade social da metrópole que tinha pouco a oferecer aos seus jovens – um milhão e meio de pessoas emigraram do País sobretudo para a Europa central entre 1960 e 1974³, o império levou o Estado Português até próximo do colapso, militar e financeiro, até que um movimento de capitães deu um golpe militar para pôr fim à guerra, no dia 25 de Abril de 1974. O golpe militar deu-se assim com escassa resistência contabilizando-se no total quatro mortos, alvos dos disparos da polícia política cercada, em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso

A revolução portuguesa, argumentámos noutro trabalho, tem quatro características determinantes que podem ajudar a explicar o alcance da disruptão social,

¹ Basil Davidson, *Révolution en Afrique: la Libération de la Guinée Portugaise*, Paris, ed. Seuil, 1969; «Forced labour system in Portuguese Africa», London, October 25, s/d, Reuter. In Anticolonialismo internacional, 1961-1963, CIDAC, H34-5.

2. No levantamento que realizámos com Alejandro Lora e Joana Alcântara, registámos centenas de reuniões na primeira semana que se segue ao golpe, mas é um levantamento centrado nos principais jornais, deixando de fora várias regiões do País e provavelmente centenas ou mesmo milhares de pequenas empresas.

3. António Barreto, “Mudança Social em Portugal: 1960-2000,” in *Portugal Contemporâneo*, coord. Costa Pinto (Lisboa: D. Quixote, 2005).

que apesar de se ter dado num pequeno país deu-se já na década de 1970 na Europa, com uma dimensão de controlo operário e disruptão do processo de acumulação inusitados nesta região neste período:

1. É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique;
2. Essa derrota combinou-se com a mais grave crise económica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973;
3. É marcada pelo protagonismo do movimento operário;
4. É marcada pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude (grande massa de jovens camponeses recém qualificados que vão do campo para a cidade na década de 1960), desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa, capital do país. A não existência de organizações livres e democráticas de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores.

Conflitos Sociais na Revolução Portuguesa

A revolução portuguesa foi marcada pelo protagonismo político de um forte movimento operário e social que atingiu todos os setores da sociedade portuguesa, em particular o movimento operário, mas não só. Para além dos operários industriais e assalariados agrícolas, a revolução portuguesa caracterizou-se por conflitos sociais muito radicalizados entre os estudantes, o moderno setor laboral dos serviços, o setor informal, uma ampla participação das mulheres e dos setores intermédios e de base das forças armadas. Novos movimentos sociais – ecologistas, estudantis, feministas – têm também um peso, embora secundário no quadro geral dos conflitos, marcado sobretudo pela preponderância dos sectores de trabalhadores organizados. A conflitualidade social em Portugal em 1974-75 teve também uma amplitude nacional, tendo chegado a todas as cidades do país e aos campos rurais. Para o período de 1974-75, Muñoz registou 858

conflitos de empresa e fábrica, 300 dos quais ocorreram entre maio e junho de 1974⁴. Com exceção de julho e agosto de 1974, todos os meses registam mais de 100 conflitos. De acordo com este autor, a maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19 por cento da conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15 por cento na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9 por cento na construção e obras públicas, 7 por cento na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43 por cento dos conflitos laborais.

Num levantamento por nós realizado de greves, ocupações (de empresas e casas) e manifestações, o padrão evolutivo dos conflitos sociais tem um pico a seguir ao 25 de abril, um outro muito marcado a partir de fevereiro de 1975 (portanto, antes de março há uma explosão de conflitos), e um novo a partir de Agosto de 1975.

Durante a Revolução dos Cravos, entre 25 de Abril de 1974 e 25 de novembro de 1975, uma parte significativa das greves foram conflitos que subjetivamente puseram em causa os centros de poder das empresas, a gestão e a propriedade das fábricas e empresas, e que muitas vezes se expressaram pela ocupação destas e, nalguns casos, por “saneamentos” e até sequestros de patrões e administradores.

A segunda quinzena de maio foi marcada pela radicalização dos conflitos sociais. A formação do I Governo Provisório, um governo frente-populista com a participação de comunistas, socialistas e liberais, no dia 16 de maio de 1974, e os sucessivos apelos do Partido Comunista Português para que a classe trabalhadora apoiasse este Governo em nada acalmaram os conflitos sociais. A decisão do Governo, no dia 24 de maio, de aprovar um salário mínimo de 3 300\$00, muito aquém do exigido pelos trabalhadores, só radicalizou ainda mais o surto de greves e ocupações de fábricas e empresas. Em grande parte das lutas sociais exigiam-se salários acima dos 4 000\$00 ou mesmo 6 000 escudos.⁵ Num estudo de Santos et al.⁶, sobre as greves que ocorreram entre 25 de Abril de 1974 e 1 de junho do mesmo ano, há, nestas cinco semanas, 97 greves e 15 ameaças de greve, mais do que ocorreu em todos os anos precedentes, incluindo no pico de greves de 1969 – registaram-se em todo esse ano 100.

4. Duran Muñoz, *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*, (Madrid: CPPC, 2000).

5. Francisco Rodrigues, coord., *O Futuro era Agora* (Lisboa: Dinossauro, 1994).

6. Maria de Lurdes Santos, Marinús Pires de Lima e Vítor Matias Ferreira, *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas* (Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes).

A maioria das greves acontece na indústria, 58, e em 35 destas greves verifica-se a ocupação da fábrica ou empresa. Em quatro, o sequestro de pessoas e bens. A maioria das reivindicações destas greves são a exigência de aumentos salariais, salário mínimo, participação nos lucros da empresa, 13.^º e 14.^º mês, controlo sobre a empresa (40 por cento). Em quase 50 por cento dos processos de luta estudados por Santos et al. há exigência de saneamentos ou seja, de destituição dos quadros das empresas, gestores e administradores afetos ao regime fascista.

Maria Luísa Cristovam fez um estudo comparativo das reivindicações nas greves de 1979 – já depois do fim da revolução – e das greves para todo o período de 1974 e 1975, e chegou à conclusão de que em 1974-75 entre 15 e 22,7 por cento das reivindicações colocavam diretamente em causa os centros de poder das empresas⁷, enquanto em 1979 só 3,7 por cento das reivindicações se centravam na gestão da empresa. Mais, nas reivindicações salariais de 1974-75, que eram 39,8 por cento das reivindicações totais, há um caráter predominantemente igualitário: aumento salarial igual para todos, redução do leque salarial, constituição do salário mínimo nacional.⁸ Surgem ainda reivindicações novas, típicas de um período revolucionário, como trabalho igual, salário igual; abolição de privilégios na empresa.

Um dos tipos de greves que surge neste período é a greve de solidariedade, que o Governo vai proibir na Lei da Greve de agosto de 1974 alegando a defesa da “economia nacional”. Para além dos casos mais emblemáticos das greves de agosto de 1974 (*Jornal do Comércio*, TAP - Transportes Aéreos Portugueses e Lisnave), antes, em muitas outras empresas, há greves de solidariedade. Este tipo de greve surge sobretudo em empresas do mesmo grupo económico ou em empresas da mesma área (imprensa, transportes, construção civil, por exemplo). Estas greves de solidariedade registam-se entre empresas distintas mas também entre grupos profissionais dentro da mesma empresa. Nestas greves é ainda importante recordar que os setores mais pauperizados do operariado fazem delas parte.

As greves que se registam são maioritariamente “selvagens”, decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões de trabalhadores, que surgem de forma espontânea pelo vazio criado ao longo de 48 anos em que as organizações de trabalhadores foram proibidas. São

7. Maria Luísa Cristovam, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica* (Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982), 74.

8. Cristovam, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*, 76.

convocadas à margem do Partido Comunista Português e do Partido Socialista – ambos faziam parte do Governo – e dos sindicatos, que estavam agora a formar-se na maioria dos casos.

Paradoxalmente, o calvário do operariado português, que foi durante 48 anos a impossibilidade de se organizar livremente, veio a ser a sua força nos anos da revolução. Ao impedir os trabalhadores de se organizarem para permitir a modernização capitalista do País, sem a ameaça de revolução social que fez da República (1910-1926) um regime essencialmente instável, a burguesia portuguesa construiu o seu património mas também o seu próprio martírio em 1974. O golpe encontra uma situação de vazio organizativo que vai dar um espaço enorme e raro na história à imediata constituição de organismos de base que surgem e multiplicam-se por todo o País nas primeiras semanas a seguir ao golpe – são as comissões de trabalhadores, mais tarde moradores e finalmente comissões de soldados.

Destacamos também, no quadro dos movimentos sociais, nos primeiros meses da revolução, o papel da justiça face ao regime de ditadura. No espoletar das greves nos primeiros meses vai estar uma revindicação primordial - a recusa em trabalhar com administradores ou gestores que tinham feito denúncias à polícia política era, em primeiro lugar, uma vingança pela humilhação e o medo. Indicador desta possível interpretação é o número de saneamentos (afastamento de quadros ligados ao anterior regime) e mesmo greves e ocupações de locais de trabalho que começam pela exigência de demissão do administrador ligado ao antigo regime. O próprio termo – sanear – remete não para uma purga mas para um bem: higiene, saúde, limpeza.

Os saneamentos atingiram 20 000 pessoas nos 19 meses que durou a revolução (ver Quadro 3). Os saneamentos ocorreram em empresas que constituíam a coluna vertebral do movimento operário: indústria naval, transportes aéreos, comunicações (Lisnave, TAP, CTT e TLP - Telefones de Lisboa e Porto), mas também em centenas de pequenas empresas, como oficinas, lavandarias, *ateliers* de costura, etc. Em fevereiro de 1975, menos de um ano depois do golpe militar que depôs a ditadura, e de acordo com relatórios oficiais, 12 000 pessoas tinham sido afastadas ou suspensas das suas posições anteriores, por meios legais ou ilegais, e *a contrario* de declarações moderadas quer do Partido Socialista quer do Partido Comunista⁹. Formuladas pelas comissões de

9. António Costa Pinto, “Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976”, in *Portugal e a Transição para a Democracia*, coord., Fernando Rosas (Lisboa: Edições Colibri/IHC, 1999), 32.

trabalhadores na maior dos casos, as exigências de afastamento multiplicam-se nos vários setores sociais, sendo mais fortes, por exemplo, nas escolas e universidades e menos expressivas na justiça.

O ajuste de contas com o antigo regime também originou a reintegração de todos os afastados pelo Estado Novo.

Quadro 3- Saneamentos na revolução (setores privado e público)¹⁰

Total de pessoas afastadas ou suspensas (por meios legais e ilegais)	
Abril 1974 a fevereiro 1975	12 000
Março 1975 a novembro 1975	8 000
Por setor	
Nas Forças Armadas (abril a dezembro de 1974)	60 generais, 103 oficiais da Marinha, 300 oficiais de várias patentes.
Funcionários públicos (abril a dezembro de 1974)	4 300
Ministério da Justiça (abril 1974 a meados de 1975)	42 juízes.
Ministério da Educação	Palco da maioria dos saneamentos espontâneos. Todos os reitores universitários e diretores de faculdade são afastados pela JSN.

A maioria dos saneamentos a seguir ao 25 de Abril e nos meses que se seguem não são feitos sem passar por uma comissão de trabalhadores e/ou de moradores, reunião geral de alunos ou de escola, e na maioria das vezes, a decisão era votada em plenários, e as pessoas saneadas eram-no quase sempre por terem tido ligações ao regime, muitas vezes por atuarem como informadores da polícia política, os famosos “bufos”, que eram clara e individualmente identificados. Nestes casos, na grande maioria, o Governo e as administrações rapidamente reagiam acatando a decisão dos

10. Pinto, “Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976”, xx.

trabalhadores. Os mesmos trabalhadores que pareciam dispostos a negociar muitas cláusulas dos cadernos reivindicativos, mesmo, por exemplo, aumentos salariais aquém do exigido, mantinham-se firmes em não aceitar a permanência de “bufos” nos locais onde trabalhavam, viviam ou estudavam. O facto, empírico, abre-nos um interessante campo de pesquisa, ainda por explorar, sobre o peso que as questões morais têm nas relações laborais e no desencadear de conflitos laborais e políticos.

As ocupações de casas

A massiva proletarização dos anos de 1950 e, sobretudo, de 1960 - que fez a crescente industrialização daquele período e foi acompanhada de um movimento do campo para a cidade (em parte introduzido pela mecanização agrícola¹¹) e de um aumento da população ativa - moldou as cidades, com áreas grandes de bairros pobres de trabalhadores, os chamados bairros de barracas ou abarracados, onde as populações jamais se sentiram confortáveis.

As comissões de moradores nascem da necessidade, em primeiro lugar, de garantir casas dignas aos setores mais pauperizados. Aparentemente o primeiro movimento de ocupação dá-se no Porto, onde as casas estavam desocupadas apesar dos sucessivos pedidos às câmaras que faziam depender a distribuição de casas, até ao 25 de abril, da fidelidade ao regime e de subornos. O movimento estende-se, em Lisboa, aos bairros de Chelas, Relógio, Casalinho, Curraleira, Caxias, nos subúrbios de Oeiras, entre muitos outros locais. E também a Setúbal e outros bairros do Porto.

Todas as fontes dão o cenário de um parque habitacional degradado para ¼ da população, no mínimo. E, e mesmo nos bairros de setores operários ou médios, os registos são de estradas por alcatroar, esgotos deficientes, falta de serviços básicos como farmácia. Havia um negócio à volta da propriedade e dos “subalugas”, alvo da ira e dos protestos populares em 1974-1975, que especulavam com uma necessidade básica das populações, o direito de habitar um espaço condigno.

Desde 1965¹² que há um novo mercado, um mercado à volta do solo, que tem uma apropriação privada e uma supervalorização privada. Até 1965 a diferença de valorização de um terreno de agrícola/rural/não urbanizável a urbano ficava em mãos

11. João Castro Caldas, *Terra e Trabalho* (Oeiras: Celta, 2001).

12. Lei dos Loteamentos (D.L. 46673) de 1965.

públicas, do Estado. Com a transferência de grandes populações do campo para a cidade, o Governo de Salazar abre espaço a um novo negócio – inusitado a nível europeu, onde estas mais-valias ficam na mão do Estado – e promove a “captura privada das mais-valias”¹³ que transformam um solo em urbanizável. Essa mais-valia vai fazer disparar os custos da habitação. Não são os custos da construção que sobem significativamente, mas a renda do solo.

Este protagonismo do peso das mais-valias – em forma de renda – do mercado imobiliário foi posto em cheque durante a revolução, por um dos processos de dualidade de poderes que nasceu mais cedo e se disseminou mais depressa: as ocupações de casas e a constituição de comissões de moradores.

As comissões de moradores eram “órgãos de decisão local”. Nascem quase de imediato como estrutura de decisão local, atuando como um poder paralelo face às câmaras municipais, em recomposição. Estas tinham sido largamente ocupadas por quadros afetos ao PCP e ao Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral, MDP/CDE (frente do PCP), – o PCP aliás vai resistir durante todo o processo a eleições gerais autárquicas, apesar das pressões do PS¹⁴ – mas tinham escasso poder quando se tratava de lidar com a questão da habitação (alojamentos, espaços culturais) e havia uma forte tensão em muitos destes processos. As câmaras municipais acabaram por servir mais para a recomposição do aparelho de Estado – e como fonte de quadros e financiamento para os principais partidos (sobretudo, então, PS e PCP), do que como órgãos de gestão das localidades, uma vez que esta gestão foi assumida pelas comissões de moradores em articulação quase direta com o poder central e o MFA.

A maioria das reivindicações encaradas pelas comissões de moradores são de emergência: direito à habitação (mantendo-se as populações no mesmo local ou bairro); infraestruturas; creches e infantários; saneamento básico. As ocupações começam por se dirigir aos bairros sociais, camarários, cuja distribuição de casas, escassa, era alvo de corrupção. Mas a partir de meados de 1975, as ocupações dirigem-se às casas devolutas pelo País fora e começam a questionar o valor das rendas impondo limites de acordo com o salário médio dos trabalhadores.

13. José Carlos Guinote, Urbanismo e corrupção: as mais-valias e o desenvolvimento urbano, *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, 6 de agosto de 2008.

14. Sobre a disputa entre PS e PCP pelas câmaras municipais ver Raquel Varela, *A História do PCP na Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand, 2011).

Foram variadas as formas de coordenação das comissões de moradores, mas estes foram os primeiros organismos de duplo poder a organizarem-se entre si, antes de as comissões de trabalhadores encontrarem formas de coordenação regional, sectorial ou nacional¹⁵. Entre janeiro e março de 1975, devido ao aumento das ocupações e à crescente crise do Estado, surgem os primeiros organismos de coordenação. Entre os organismos de coordenação conta-se a Comissão Central de CMs dos Bairros Camarários do Porto, criada a 13 de dezembro de 1974; a Intercomissões dos bairros pobres e de lata de Lisboa, criada em janeiro de 1975 e que conta com 18 CMs; a Intercomissões dos bairros de Barracas em Setúbal, em fevereiro de 1975. Em março de 1975 havia 57 CMs em Lisboa, mobilizando milhares de residentes.

O Governo reage com ameaças às ocupações, que surgem em alguma imprensa em letras garrafais: “Não serão admitidas pela Junta de Salvação Nacional mais ocupações abusivas de casas”¹⁶. Mas a população desobedece.

Autogestão

“Quem precisa de patrões?”¹⁷, perguntava-se em janeiro de 1975. A pergunta, tão vulgarizada então, teria sido herética nove meses antes. A ideia de que a fábrica ou a empresa pode subsistir pela autogestão dos trabalhadores – e, mais tarde, sobretudo a partir de abril de 1975, evoluir noutras empresas para o controlo operário – teria parecido, mesmo aos próprios trabalhadores - e, talvez, sobretudo a eles -, uma impossibilidade antes da revolução.

A fábrica de Lanifícios Sousa Abreu foi ocupada em setembro de 1974. A história da ocupação da Sousa Abreu é muito semelhante a todas as ocupações deste período. Vimos que muitas delas são também motivadas pelo saneamento de elementos afetos ao antigo regime. Porém, neste caso, o determinante serão os despedimentos e a galopante taxa de desemprego. Porém, neste caso, o determinante serão os despedimentos e a galopante taxa de desemprego (que passa de 40 000 em abril de 1975 para 100 000 em Dezembro de 1975¹⁸).

15. Pérez, “Comissões de moradores”, no prelo.

16. *Diário Popular*, 11 de maio de 1974.

17. *Esquerda Socialista*, 14 de janeiro de 1975.

18 Eugénio Rosa, *A Economia Portuguesa em Números*, Lisboa, Moraes Editora, 1975.

Perante a ameaça de despedimentos por descapitalização da empresa os trabalhadores fazem piquetes e ocupam a fábrica para garantir que o patrão não leva as máquinas e que não perdem o trabalho.

Segundo uma contagem feita pela Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), e sistematizada pelo historiador Miguel Pérez, “ter-se-iam registado 24 ocupações de empresas no último trimestre de 1974, e 83, 55 e 14 nos 1.º, 2.º e 3.º trimestres de 1975, respetivamente”¹⁹. São números que merecem ser analisados com alguma precaução e que estão muito aquém da totalidade das empresas (muitas são bastantes pequenas, com 5, 12, 20 trabalhadores e não são registadas pela CIP), mas provavelmente há uma evolução do número de ocupações que vai sensivelmente de julho de 1974 a março e abril de 1975, verificando-se depois desta data, por conseguinte a partir de abril e maio de 1975, a manutenção da ocupação destas empresas, muitas entretanto intervencionadas pelo Estado, que passaram a ser autogeridas (frequentemente em ligação ao Ministério do Trabalho) e algumas destas evoluíram para uma situação de controlo operário, que porém foi mais forte nas empresas nacionalizadas e em muitas empresas que se mantiveram privadas, com especial destaque para o ramo da metalomecânica.

A seguir ao 25 de Abril, entre 1974 e 1978, a realidade das empresas autogestionárias corresponde a 626 empresas em autogestão e 319 cooperativas²⁰. As ocupações de empresas e fábricas por trabalhadores surgem de quatro fatores que parecem determinantes:

1. A resistência à descapitalização das empresas, com ameaças de despedimentos, no meio da maior crise económica do pós guerra e de um aumento galopante da taxa de desemprego.

2. A ausência de estruturas sólidas representativas dos trabalhadores já com uma hierarquia definida (sindicatos), portanto, a existência de um certo vazio de poder que abriu espaço ao poder das comissões de trabalhadores.

3. A limitação do poder repressivo por parte do Estado na defesa da propriedade privada (por crise na direção do Estado e sobretudo no Exército).

19. Pérez, “A mobilização operária anticapitalista na Revolução de 1974-75”, 6.

20 Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, *A Realidade da Autogestão em Portugal*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s/d.

4. A existência de quadros políticos com programas revolucionários, digamos, um “encontro” da utopia de dirigentes formados no marxismo, na verdade em várias correntes que se reivindicavam marxistas, nos centros académicos, escolas profissionais, etc., com um forte impacto do maio de 68, da revolução cubana e da revolução cultural chinesa, que se encontram com a “história”, isto é com uma situação revolucionária, para a qual estavam teoricamente “preparados” ou pelo menos, para sermos mais realistas, desejosos.

Reforma Agrária

O tema da reforma agrária é aquele que reuniu o maior número de estudos sobre a revolução portuguesa. Estão publicadas obras sobre a geografia, a cronologia, a extensão, a política da reforma agrária e todos estes estudos fazem diretamente referência à política do PCP, a organização que dirigiu o processo de reforma agrária. Entre estes estudos destacam-se as obras de Oliveira Baptista²¹, agrónomo e ministro da Agricultura do IV e V Governos Provisórios em 1975; António Barreto, sociólogo e ministro da Agricultura do I Governo Constitucional (PS), responsável pela chamada “Lei Barreto”²², com que se iniciou o processo de desmantelamento da reforma agrária, e a obra de Constantino Piçarra²³, que faz um estudo da reforma agrária no distrito de Beja, onde ocorreram a maioria das ocupações de terras em 1974-75.

A partir do 25 de Abril há uma atividade frenética nos campos, como não se vivia desde as lutas de 1962²⁴. A política inicial do Estado, à altura sem um Ministério da Agricultura mas com apenas uma secretaria, dirigida por Esteves Belo, era procurar uma rentabilização capitalista dos campos.²⁵ Mas o conflito social estava instalado nos campos do Sul: conflitos, greves, de um lado, do outro lado processos de sabotagem económica levam o Estado, para garantir a paz social, a intervir em muitas explorações, ao abrigo de diversa legislação aprovada em outubro e novembro, mas sobretudo

21. Oliveira Baptista, *Portugal 1975. Os Campos* (Porto: Afrontamento, 1978).

22. A Lei n.º 77/77, de 29 de setembro, aprovada na Assembleia da República em 10 de agosto de 1977 com os votos favoráveis do PS, Partido Popular Democrático (PPD) e Centro Democrático e Social (CDS) e com os votos contra do PCP e da União Democrática Popular (UDP).

23. Constantino Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*, (Coimbra, Almedina, 2008).

24. António Barreto, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal* (Lisboa: Europa-América, 1987).

25. Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*.

através do decreto-lei 660/74, de 25 de novembro, intervenção que acaba por garantir parcialmente o emprego aos trabalhadores. Esta dinâmica gera, segundo Constantino Piçarra, a crescente consciência de que a reforma agrária seria a única forma de assegurar a estabilidade do emprego. É esta também a conclusão de Oliveira Baptista, até à primeira quinzena de junho: “situações relacionadas com o desemprego, muitas vezes associadas ao mau aproveitamento de terras, ou ainda a salários em atraso ou tentativas de descapitalização, estão na base das ocupações”.²⁶

De acordo com António Barreto, a primeira ocupação de terras – de todos os modos esporádica – dá-se em novembro de 1974. A partir de janeiro de 1975 começam as ocupações, ainda com um ritmo lento.²⁷ Mas em Fevereiro são já ocupadas sete vezes mais terras do que em Janeiro²⁸.

Quadro 5 - Movimento de ocupações de terras nos campos do Sul, em 1975

Fases do movimento de ocupações	Beja (1) Área (ha)	Évora (2) Área (ha)	Portalegre (2) Área (ha)	Alentejo Total Área (ha)	ZIRA (2) Área (ha)
1.ª fase					
Até 31/07/75	30 783	53 461	40 144	124 338 (12,7%)	156 353 (13,5%)
2.ª fase					
De 01/08/75 a 30/09/75	53 915	213 098	9910	276 923 (28,1%)	309 338 (26,6%)
3.ª fase					
De 01/10/75 a 31/12/75	233 420	164 232	183 857	581 509 (59,2%)	696 743 (59.9%)
Total	318 118	430 791	233 911	982 820 (100%)	1 162 434 (100%)

26. Baptista, *Portugal 1975. Os Campos*, 25.

27. Barreto, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*, 215.

²⁸ Barreto, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*, 215.

Fonte: Constantino Piçarra, *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja, 1974-1975*, Coimbra, Almedina, 2008; Afonso Barros, *Do Latifúndio à Reforma Agrária: o caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

O grande salto porém das ocupações dá-se já a partir de Setembro de 1975, quando são ocupadas 60% de terras de todo o processo (ver quadro 5) e leva à consagração das Unidades Colectivas de Produção. O princípio a que se vai chegar, depois de amplas discussões, é “dividir os trabalhadores pelas terras do Estado” em vez de dividir as terras pelos trabalhadores. Esta foi a fórmula sob a qual se realizou a reforma agrária em Portugal em 1975, sob a direcção e coordenação do Partido Comunista Português. Isto foi feito através da criação das Unidades Colectivas de Produção (UCPs) e da luta pelo financiamento destas, medidas concretizadas pela mobilização do partido durante o VI Governo Provisório, entre Setembro e Outubro de 1975.

Em 1975-76, fruto das políticas agrícolas que ficaram conhecidas no seu conjunto como reforma agrária, o número de postos de trabalho permanentes passou de 11 100 para 44 100. O de postos de eventuais passou de 10 600 para 27 800. Nas culturas de sequeiro a área passou de 85 000 ha antes da ocupação de terras para 255 000 ha depois. O regadio passou de 7 000 hectares para 16 000. O número de tratores passou de 2 630 para 4 150 e o das máquinas de colheita de 960 para 1 720²⁹.

Pese embora todos os problemas com que se debateu a reforma agrária – a maioria vieram já no final de 1975, com a falta de acesso ao financiamento –, tinha-se realizado em Portugal a maior reforma agrária de sempre, provocando uma mudança central, mas parcial, no modo de produção: a maximização do emprego, isto é, uma política de emprego que aumentou a produção substancialmente, trazendo ao cultivo milhares de hectares incultos. À reforma agrária propriamente dita juntam-se as políticas de arrendamento rural, extinção dos foros e das coutadas e devolução dos baldios.

29. B Oliveira Baptista, “O 25 de abril, a sociedade rural e a questão da terra”, in *O País em Revolução*, coord., J. M. Brandão de Brito (Lisboa: Editorial Notícias, 2001), 183.

Conclusão

Ao centrarmos a nossa análise no campo dos conflitos sociais e na relação entre a estabilidade do Estado e estes movimentos de carácter operário e social amplo (ancorados numa noção de classe não restrita, a classe-que-vive-do-trabalho), sistematizámos quatro períodos que nos parecem centrais para contribuir para a explicação do processo revolucionário português do biénio de 1974-1975.

a) Entre abril de 1974 e setembro de 1974 a revolução é marcada, depois do golpe inaugural, por um período onde são determinantes as lutas sociais, quer na metrópole quer nas colónias, por ações (greves) ou renúncias de agir (tropas nas colónias desmoralizadas para a guerra e oposição do MFA a continuar a guerra) e que levam finalmente à queda de António de Spínola em setembro de 1974 e a um reforço das estruturas frente-populistas (reforço do peso do PCP e do MFA para estabilizar o movimento reivindicativo) no Governo. Este período é marcado, do ponto de vista social, pela conquista das liberdades democráticas – asseguradas logo ao fim de poucos dias do golpe – e pela permanência de uma mobilização social onde a greve é a forma de luta determinante, bem como o início da luta contra os despedimentos.

b) Entre setembro de 1974 e fevereiro de 1975, um segundo período marcado pela luta contra os despedimentos que leva à generalização da ocupação de empresas - que ficam em auto-gestão - e ao reforço das comissões de trabalhadores como órgãos de poder paralelo ao do Estado. A ocupação de fábricas e empresas obriga o Estado a mobilizar capitais para manter a produção. Aprofunda-se a crise económica.

c) De fevereiro de 1975 a setembro de 1975 começa o período de controlo operário. O Partido Socialista tentará, pela autogestão e pelo reforço da legitimidade eleitoral (eleições para sindicatos, autarquias, legitimidade da Constituinte), eliminar o controlo operário; a extrema-esquerda, na sua maioria, apoiará o controlo operário; o Partido Comunista procurará conter o controlo operário pela nacionalização de empresas e pela tentativa de militarização do movimento popular com o *Documento Guia Povo-MFA, aprovado em Maio de 1975 e que visava colocar as comissões sob controlo dos militares*. Todos os partidos governamentais vão tentar pôr fim ao controlo operário pela política de “batalha da produção” (política de reconstrução e unidade

nacional”). Não conseguem e em agosto formaliza-se a rutura governativa. Cai o IV Governo Provisório. O controlo operário será marcado pelo nascimento de estruturas embrionárias de coordenação nacional de órgãos de poder operário e popular, a partir de maio de 1975 (Comité Revolucionário de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, o Comité de Luta de Setúbal, Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Metalomecânica, a Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa). A coligação governamental de Agosto de 1975 – o V Governo desde o início do período revolucionário -, desmembra-se.

d) De setembro de 1975 a novembro de 1975 é o período da crise revolucionária, conhecida como “crise político-militar”, ou seja, o período histórico nas revoluções em que há ou um deslocamento do Estado sob a égide dos trabalhadores ou um golpe põe fim à revolução. Neste período, o Estado não consegue governar, generaliza-se a dualidade de poderes a todos os níveis e nascem as comissões de soldados. Todas as medidas do Estado são impossibilitadas por greves, manifestações, ocupações (Ponte 25 de Abril, cerco à Assembleia Constituinte pro 80 000 operários da construção civil, em São Bento, ocupação dos emissores de rádio, etc.). Considerámos que a crise revolucionária só começa em setembro de 1975, na medida em que a crise do MFA, que começa no início do verão, só em setembro resulta na disseminação da dualidade de poderes nas Forças Armadas.

O PS está com toda a direita e o Grupo dos Nove decidido a pôr fim ao processo por um golpe de estado; o PCP apoia-se na mobilização para garantir a reforma agrária e (possivelmente) a independência de Angola sob a égide do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que se realizará em Novembro de 1975. A esquerda militar, apoiada numa situação de generalização da dualidade de poderes dentro dos quartéis, vai refletir a mobilização geral da sociedade, mas não tem um projeto político coerente nem os organismos de poder operário e popular estão centralizados a nível nacional naquilo que seria um “soviete” capaz de resistir ao golpe. A revolução é derrotada com o golpe de 25 de novembro de 1975 dirigido pelo PS, a Igreja e a direita.

Começa o período de estabilização do regime democrático-liberal no Portugal Contemporâneo.

Bibliografia

- Amaral, Pedro Bingre do “Análise das relações da política de solos com o sistema económico”, *Preparação da nova lei do solo, Documento Técnico DGOTDU 5/2011*. Portugal: Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2011.
- Baptista, Oliveira, “O 25 de abril, a sociedade rural e a questão da terra”, in *O País em Revolução*. Coord., J. M. Brandão de Brito, Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- Baptista, Oliveira, *Portugal 1975. Os Campos*. Porto: Afrontamento, 1978.
- Barreto, António “Mudança Social em Portugal: 1960-2000,” in *Portugal Contemporâneo*. Coord. Costa Pinto, Lisboa: D. Quixote, 2005.
- Barreto, António e Preto, Clara Valadas, *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Mirandela: Público, 1996.
- Barreto, António, *Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal*. Lisboa: Europa-América, 1987.
- Caldas, João Castro, *Terra e Trabalho*. Oeiras, Celta, 2001.
- Cristovam, Maria Luísa, *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve Análise Sociológica*, Lisboa: Ministério do Trabalho, 1982.
- Davidson, Basil *Révolution en Afrique: la Libération de la Guinée Portugaise*, Paris, ed. Seuil, 1969; «Forced labour system in Portuguese Africa», London, October 25, s/d, Reuter. In *Anticolonialismo internacional, 1961-1963*, CIDAC, H34-5.Dows, Chip *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978.
- Ferreira , António Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, In José Mattoso (dir). *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 35.
- Freire, Dulce “Greves operárias”, in *Dicionário de História do Estado Novo*. Vol. I, dir. Fernando Rosas, Lisboa: Bertrand Editora, 1996.
- Ginzburg, Carlo, *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Goldner, Loren, *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*. Cambridge MA: Queequeg Publications, 2000.
- Guinote, José Carlos “Urbanismo e corrupção: as mais-valias e o desenvolvimento urbano”, *Le Monde Diplomatique*, Edição portuguesa, 6 de agosto de 2008.
- Hammond, John, “Worker Control in Portugal: The Revolution and Today»”, in *Economic and Industrial Democracy*. London: Sage Publications, 1981, 413-453.
- Hobsbawm, Eric, *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- Linden, Marcel van der, *Workers of the World: Essays toward a Global Labor History*. Leiden / Boston: Brill, 2008.
- Muñoz, Duran, *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000.
- Patriarca, Fátima “Greves”, in *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VIII, coord. António Barreto, Porto, Figueirinhas, 1999.

Pérez, Miguel “A mobilização operária anticapitalista na Revolução de 1974-75”, I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais, 15-17 de março de 2013, FCSH-UNL.

Pérez, Miguel, “Comissões de trabalhadores” in etc?, *Dicionário de História da Revolução*. Porto: Figueirinhas (no prelo).

Pérez, Miguel, *Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)*. Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, agosto de 2008.

Piçarra, Constantino *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*. Coimbra: Almedina, 2008.

Pinto, António Costa, “Saneamentos Políticos e Movimentos Radicais de Direita na Transição para a Democracia, 1974-1976”, in *Portugal e a Transição para a Democracia*. Coord., Fernando Rosas, Lisboa: Edições Colibri/IHC, 1999.

Pinto, Pedro Ramos “Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal, 1974-1976”, *The Historical Journal*, 51, 4, (2008): 1025-1046.

Pires, José, *O Povo em Ação. Greves e o 25 de Abril*. Lisboa: Edições base, s/d.

Rezola, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

Rodrigues, Francisco, coord., *O Futuro era Agora*. Lisboa: Dinossauro, 1994.

Sá, Tiago Moreira de, *Carlucci vs. Kissinger*. Lisboa: D. Quixote, 2008.

Santos, Maria de Lurdes; Lima, Marinús Pires de e Ferreira, Vítor Matias, *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

Trotsky, Leon, *História da Revolução Russa*. Vol I, Tomo I, Lisboa: Versus, 1988.

Visão, Especial 25 de Abril, 15 de abril, 2004
Autor, título, Revista *História*, abril de 2004

Fontes:

“Caderno reivindicativo dos trabalhadores da Timex Portugal, Lda” apud. Santos et al., *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas*, 161-164.

“Cerco aos TLP”, 1974, Arquivo da RTP, acedido a 10 de janeiro de 2013,
<http://www.youtube.com/watch?v=d4mSP--gyYw&list=PLEF504D728EFCCA3C>.

Diário de Lisboa, 12 de maio de 1974

Diário de Lisboa, 20 de maio de 1974.

Diário de Notícias, 3 de maio de 1974

Diário Popular, 10 de maio de 1974.

Diário Popular, 11 de maio de 1974.

Diário Popular, 14 de maio de 1974

Entrevistado pela autora, 24 Fevereiro 2012

Esquerda Socialista, 14 de janeiro de 1975.

Jornal de Greve dos Trabalhadores da EFACEC-INEL (suspenso) Lisboa, 26 de agosto de 1974

Lei dos Loteamentos (D.L. 46673) de 1965.

Luta Popular, maio de 2012

Noticiário Nacional, 9 de setembro de 1975, Arquivo da RTP. (mais completo)

Programa “Temas e Problemas”, 30 de julho de 1975, Arquivo Histórico da RTP.

República, 4 de maio de 1974